DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA *PEQUENA COREOGRAFIA DO ADEUS*

Vera Karam de Chueiri¹

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Táissa Albertina de Nadai²

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Artigo recebido em: 03/12/2023

Artigo aceito em: 05/12/2024

As autoras declaram não haver conflito de interesse.

Resumo

Em muitos casos, os filhos são negligenciados durante o processo de separação dos pais. Questionou-se, então, sobre o que é necessário para que esses seres vulneráveis sejam protegidos dentro de seus próprios lares. Para isso, estudaram-se as legislações vigentes sobre o tema, bem como expuseram-se os efeitos dos sofrimentos advindos do divórcio dos pais na formação da personalidade da personagem Júlia, na obra *Pequena coreografia do adeus*, de Aline Bei. Constatou-se que os caminhos a

serem implementados devem se pautar primordialmente na conscientização dos pais quanto aos achaques que se sobrepõem à separação. É preciso que se dê importância à visceralidade dos sentimentos dos filhos, para que só então a Lei, de fato, os proteja. A obra de François Ost auxiliou sobremaneira, ao lecionar que precisamente a literatura pode denunciar e liberar os possíveis, para que o Direito, em choque com a desordem exposta, cumpra seu papel de (re)codificar a realidade. Com isso,

1 Doutora e Mestra em Filosofia pela New School for Social Research, Nova York, Estados Unidos. Mestra em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis/SC, Brasil. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR, Brasil. Professora titular de Direito Constitucional nos programas de graduação e pós-graduação do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFPR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6091643712340626> / ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7069-5272> / e-mail: vkchueiri@ufpr.br

2 Especialista em Direito Processual Civil e em Direito das Famílias e Sucessões pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst), Curitiba/PR, Brasil. Graduada em Direito e graduanda em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba/PR, Brasil. Residente jurídica na Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná (FEMPAR), Curitiba/PR, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0123344536070565> / ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6082-296X> / e-mail: taissadenadai.adv@gmail.com

elaborou-se um caminho literário experimental do gênero “conto”, o qual, em homenagem à história de Júlia, evidenciou como o apoio incondicional por parte dos protetores legais pode auxiliar na cura e, quiçá, na precaução contra os

efeitos diretos ocasionados por alguns desenlaces conjugais.

Palavras-chave: criança e adolescente; direitos fundamentais; Direito e literatura; divórcio; separação.

RIGHTS OF CHILDREN AND ADOLESCENTS IN “PEQUENA COREOGRAFIA DO ADEUS”

Abstract

In many cases, children are neglected during the process of separation from their parents. Therefore, the question arises as to what would be necessary to protect these vulnerable beings within their own homes. To address this issue, the current legislation on the subject was studied, as well as the effects of the suffering caused by the parents' divorce on the formation of the character Júlia's personality in Aline Bei's book, “Pequena coreografia do adeus”. It was found that the paths to be implemented must be primarily based on raising parents' awareness of the difficulties that accompany separation. It is crucial to prioritize the visceral nature of children's feelings, as this is the only way

the Law can effectively protect them. The work of François Ost was instrumental in demonstrating that Literature can denounce and unleash potential solutions, enabling the Law, in response to the exposed disorder, to fulfill its role of (re) coding reality. With this, it was developed an experimental literary approach in the ‘short story’ genre, which, in tribute to Júlia's story, emphasized how unwavering support from legal guardians can aid in the healing process and perhaps preempt the direct consequences stemming from certain marital outcomes.

Keywords: *child and adolescent; divorce; fundamental rights; Law and Literature; separation.*

Introdução

A separação e/ou o divórcio não deveriam ensejar, necessariamente, consequências negativas aos filhos. Afinal, em muitos casos, é, inclusive, bastante salutar a libertação dos entes conjugais. Além disso, existe diferença categórica entre o casal conjugal (aquele que se une, por certo período, pautado – geralmente – por afeto/amor) e o casal parental (aquele que se compromete a cuidar de um novo ser, em conjunto)³.

Entretanto, em desenlaces disfuncionais, desprovidos da cooperação parental, exsurtem problemáticas das mais diversas ordens na rotina das crianças e dos adolescentes inseridos (injustamente) nesse conflito. Tal realidade, infelizmente, é comum no Brasil, sobretudo se analisada a alta taxa de judicialização de demandas na seara familiar e, com ela, os litígios infundáveis envolvendo questões relativas aos filhos (pensão alimentícia, guarda, regime de convivência, alienação parental etc.).

Na obra literária que representa a espinha dorsal deste trabalho, tem-se a excruciante vida da personagem Júlia, a qual relata as situações vivenciadas quando da separação de seus pais, demonstrando, de maneira bastante vívida, toda a invisibilidade da criança que, ora esquecida, ora usada como instrumento dentro da guerra conjugal, moldou-se em uma personalidade arredia e traumatizada. Ela, abertamente, transmite os sentimentos que enfrentou quando do divórcio dos pais: rompimento de si mesma, rasgo essencial não cicatrizado – e sim alastrado – por aqueles que dela deveriam cuidar.

Nesse viés, este trabalho busca, a partir da literatura e com base na análise crítica do Direito, denunciar a desproteção enfrentada por muitos vulneráveis dentro de seus próprios lares.

É sabido que, no Direito brasileiro, são inúmeros os dispositivos que versam sobre a proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Todavia, o sofrimento relatado por Júlia leva ao seguinte questionamento: até que ponto tais dispositivos realmente garantem a tutela de direitos e enxergam a dualidade existente entre os conceitos de parentalidade e conjugalidade? Como proteger essas crianças dentro de seus próprios lares?

³ Importante frisar que é mencionada no texto a ideia de “casal” e de “pais”, sobretudo ao versar sobre “casal conjugal” e “casal parental”, apenas como maneira de facilitar a fluidez do artigo. Isto é, o termo “casal” refere-se a pessoas (independentemente do gênero) que tiveram algum tipo de relacionamento do qual surgiu a responsabilidade de cuidar de uma nova vida. Além disso, dessa relação também se instaurou a dificuldade de diálogo, em razão de mágoas e outros fatores, causando prejuízos ao desenvolvimento da criança e/ou do adolescente envolvido.

1 Dispositivos legais vigentes em prol da garantia do melhor interesse da criança e do adolescente

Foi pela promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) que o Direito das Famílias, e o conceito de “família” propriamente dito, alteraram-se significativamente. Antes, havia a ideia da família institucionalizada e transpessoal, na qual os interesses do conglomerado familiar, pautados na representação patriarcal e matrimonial, eram enxergados acima de seus membros (Fachin, 2003). As crianças e os adolescentes eram vistos apenas como um objeto em extensão do todo e tinham de obedecer às deliberações absolutas do “pátrio poder”⁴.

Posteriormente, surgiu a concepção da família eudemonista (Fachin, 2003), a qual não apenas confere direitos, visibilidade e liberdade para que os indivíduos possam constituir suas famílias de maneira plural e em igualdade substancial, mas, sobretudo, elenca os filhos, enquanto vulneráveis e menores de idade, como protagonistas (Bodin de Moraes, 2018). Em outras palavras, passa a constituir um “núcleo intermediário de desenvolvimento da personalidade dos filhos e de promoção da dignidade de seus interesses” (Multedo, 2013, p. 439).

Nesse viés, o art. 227 da Constituição é bastante expresso, ao prever que é dever do Estado, da família e da sociedade assegurar à criança e ao adolescente a proteção de seu melhor interesse e de seus direitos fundamentais (Brasil, 1988). Tal conceito de “melhor interesse” é algo bastante amplo e, justamente por causa disso, não foi taxativamente definido pelo legislador, permanecendo em crescente construção (Sottomayor, 2003).

Multedo (2013) defende tratar-se da efetiva concretização do princípio da dignidade da pessoa humana no âmbito da infância e da juventude. Essa ideia, então, foi sendo implementada paulatinamente em todo o Ordenamento Jurídico Brasileiro. Inicialmente, com a ratificação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1989, ocorrida mediante Decreto n. 99.710/90 (Brasil, 1990a).

Concomitantemente, houve a promulgação da Lei n 8.069/90 (Brasil, 1990b), a qual instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que, em seus arts. 3º e 5º, prevê que à criança e ao adolescente serão oportunizados todos os meios possíveis para auxiliar no desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social desses seres, não sendo permitido atuar de maneira negligente, discriminatória, exploratória, violenta, cruel e opressora contra eles.

⁴ “Pátrio poder” era o termo utilizado no Código Civil de 1916 e remetia ao poder do “pai”, como chefe comandante da família (exemplo: art. 168). Ele foi substituído, no Código Civil de 2002 (Brasil, 2002), pelo termo “poder familiar”, mais inclusivo, na perspectiva de que o poder familiar engloba todos os entes parentais (exemplo: art. 197).

Em confluência, as leis n. 10.406/02, n. 11.698/08, n. 13.058/14, n. 12.318/10 e n. 13.010/14, que correspondem, respectivamente, ao Código Civil Brasileiro (Brasil, 2002), à Lei da Guarda Compartilhada (Brasil, 2008, 2014c), à Lei da Alienação Parental (Brasil, 2010a) e à Lei da Palmada (Brasil, 2014a), instauraram-se prevendo a necessidade de atuação responsável e conjunta por parte dos entes parentais. Além disso, popularizaram, cada uma à sua maneira, a discussão da coparticipação parental na vida dos infantes, como forma de garantir-lhes o desenvolvimento saudável (Multedo, 2013), sem que um pai e/ou uma mãe utilize os filhos como forma de se vingar do ex-cônjuge (Brasil, 2010a), nem muito menos possa agredi-los como método de educação (Bodin de Moraes, 2018).

No ímpeto de garantir a efetivação dos ditames descritos, instituíram-se, ainda, movimentos como a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente⁵, em conjunto de órgãos como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), previsto no art. 88 do ECA (Brasil, 1990b).

É notório, portanto, que existem mecanismos dos mais diversos em prol da proteção das necessidades essenciais desses seres vulneráveis. Nota-se que, no âmbito da infância e da juventude, há constante atualização do arcabouço legislativo, doutrinário e jurisprudencial na busca pela efetivação do melhor interesse da prole. Contudo, conforme será abordado, a personagem Júlia narra uma história bastante diferente.

2 A história da criança Júlia, personagem da *Pequena coreografia do adeus*

A história de *Pequena coreografia do adeus* é narrada em uma espécie de prosa poética que se constrói em primeira pessoa (Júlia), em forma de relato, adaptando-se às fases da vida da protagonista. A autora utiliza vários recursos linguísticos, de modo a conceder sensações de sentimentos demasiadamente humanos. Tudo é simbólico. Nada passa despercebido à Júlia. É duro, muito duro. Mas é sincero e necessário. O texto é carregado na beleza de entender a dor do outro, de se comover, de abraçar as crianças interiores que vivem em todos os seres adultos e verdadeiramente refletir sobre o tema.

Como preceitua Ost (2005), essa imersão ao particular se torna o caminho mais curto para chegar ao universal. Destrinchando Júlia em sua busca por si, encontram-se as vísceras de uma criança repetidamente abandonada e as consequências disso em seu desenvolvimento.

5 “A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional nasceu oficialmente em 1993. [...] Os primeiros passos começaram a ser dados em 1987 [...] Naquele momento histórico, marcado por uma grande efervescência política, iniciou-se a construção de uma sólida e produtiva aliança entre os movimentos sociais e alguns parlamentares identificados com a causa da infância e da adolescência” (Frente..., 2006, p. 7).

A personagem ilustra a situação enfrentada por muitas crianças e adolescentes no país, quando seus pais se separam sem saber distinguir o desafeto entre eles do afeto/cuidado necessário à criança que vivencia tudo isso. Essa situação é representada pela metáfora da “pequena coreografia do adeus”, que dá nome ao livro:

Descobri um novo divertimento: assistir ao trabalho da máquina de lavar. Repare como são vigorosos os cabelos de quem mergulha. O mesmo acontece com as roupas, elas ganham fibra, elegância, se enlaçam e se soltam em uma pequena coreografia do adeus (Bei, 2022, p. 98).

Aos atentos, é possível interpretar a criança como essa própria máquina de lavar roupas. Os pais, despreparados para lidar com a situação, depositam ali suas vestimentas sujas. O pequeno ser, que não entende o que ocorre, vê-se obrigado a lavar essas roupas, lidando sozinho com a sujeira.

Tal sujeira resta incrustada na criança, após o uso excessivo e rotineiro da máquina, de modo que ela não consiga se despir daquilo sozinha, sem orientação. As roupas sujas dos pais “dançam” em seu interior, em um emaranhado que gira, remexendo tudo que está ali dentro e deixando marcas profundas e, por vezes, indissociáveis.

A coreografia descompassada vivenciada por Júlia divide-se em três partes bem delineadas – “Júlia”, “Terra” e “Escritora”. Nessa representação, a personagem permite, paulatinamente, acesso integral à sua mente como um todo, mostrando o que ali foi “lavado” e como aquele espiral em seu interior, com o tempo, deixou-a com um vazio gigantesco no peito, com marcas doloridas e desgastadas.

Em suas palavras: “eu era o lugar onde as pessoas depositavam as suas variações de tristeza e raiva. Sem medo algum de depositar, já que eu aparentava a mais pura fragilidade, o rosto coberto pelo espanto de existir” (Bei, 2022, p. 118-119).

2.1 Primeira parte: “Júlia”

Júlia-criança discorre abertamente sobre como seus pais lidaram com o divórcio. O pai, pautado no privilégio de ser homem, em uma sociedade ainda muito calcada em preceitos patriarcais, decide, simplesmente, ir embora, reconstruir sua vida com novos trabalhos, novos romances, sem nunca, genuinamente, pensar nos efeitos que aquilo poderia causar na filha. Ele, inclusive, assume essa postura em determinado momento da narrativa: “a verdade é que eu não penso em nada, Júlia, em Nada, e meu Deus, como isso é libertador” (Bei, 2022, p. 214).

A mãe, por seu turno, é retratada com uma personalidade que se aproxima bastante do narcisismo, pois sofre, sobremaneira, pela perda do esposo, e passa a não mais conseguir enxergar as necessidades da filha, ou sequer a presença dela. Até quando fala olhando nos olhos de Júlia, é como se estivesse falando consigo mesma (Bei, 2022). Cria-se uma espécie de teatro de vida no qual a criança não desempenha papel algum, uma vez que ela passa a ser mera expectadora das dores enfrentadas por sua genitora. Em consequência disso, acaba apanhando por não conseguir suprir a falta do ator-marido: “nessa época, minha mãe começou a me bater com mais frequência” (Bei, 2022, p. 58).

Cada um à sua maneira, ambos os pais projetam em Júlia suas respectivas frustrações com relação ao cônjuge: “ela nunca se levantou totalmente depois que meu pai se foi. Começou a me cobrar a responsabilidade, não só de ser uma filha exemplar, mas também um pequeno marido” (Bei, 2022, p. 71).

Justamente essas projeções realizadas pelos pais faziam que Júlia se sentisse como um “pêndulo”: “ora caminhando solenemente para a presença materna, ora fugindo de qualquer possibilidade de mãe. Ora correndo para o pequeno afeto que o meu pai me dava, ora odiando o fato de tê-lo em casa” (Bei, 2022, p. 58).

Essa relação pendular, por sua vez, além de ensejar as consequências supra-mencionadas, também colabora com a proliferação de resultados praticamente indissociáveis à constituição da própria personalidade desse ser, ainda em tenra formação, quais sejam, afastamento de um vínculo saudável com a família e indisponibilidade emocional: “quem é o meu pai? É normal a gente desconhecer as pessoas que a gente achava que conhecia?” (Bei, 2022, p. 69-70); “agradeci, pensando que compreenderia algo importante sobre a vida. Ao me cobrir, me fechar, exatamente como a senhora tem feito com a casa, quando há qualquer vestígio de Luz” (Bei, 2022, p. 48).

Júlia, então, finaliza seus relatos de criança demonstrando que, até nos momentos em que recebia um mínimo afeto por parte de sua mãe, isso ocorria em conjunto de represálias e avisos drásticos, sem que ela sequer pudesse sentir o amor que dali vinha: “pois saiba que seu pai não volta, ainda que você se mate, o Sérgio não mora mais aqui. [...] Ela me abraçou. Seu cabelo volumoso, dentro da minha boca, feito terra” (Bei, 2022, p. 153). E, a partir dessa “terra”, Júlia é engolida pelos “cabelos volumosos” da mãe e herdada do pai em seu sobrenome, inaugurando, assim, a segunda parte da obra.

2.2 Segunda parte: “Terra”

Nessa parte, Júlia, crescida, enfim alcança o plano principal da história. A partir desse momento, sua personalidade já se encontra devidamente moldada,

pautada em traumas e abusos vivenciados na infância e na adolescência pelo des-caso dos pais. As metáforas são muito utilizadas pela escritora, como forma de dar voz ao indizível, sem correr o risco de que a palavra seja perdida no meio do caminho, conforme prenunciado na obra *Um sopro de vida* (Lispector, 1994, p. 71): “embora a palavra eu a perdi, porque tentei falá-la”. Ou seja, a leitura se torna cada vez mais poética, mais interpretativa e submersa. A conexão com as novas buscas de Júlia torna-se inevitável.

Júlia-adulta deixou, enfim, a casa materna e passa a residir em uma pensão. Ela inicia o primeiro capítulo narrando os pormenores de seu quarto. Descreve as manchas nos móveis e as flores que gosta de manter expostas, enquanto as assiste desistindo, aos poucos, da vida. Elas morrem, justamente porque são arrancadas da terra. Isso acaba se confundindo com a história da própria personagem, que também foi arrancada de sua terra, de sua vida ideal com os pais. Sobram-lhe as pétalas, felizmente ainda muito belas, as quais representam o momento em que Júlia consegue iniciar a sua libertação e a construção de seu eu mais intrínseco.

Ela conta, então, que essa casa de pensão era, antes, uma “casa de prazeres”, denominada “Guadalupe”. Houve um incidente – um assassinato – e depois disso o local permaneceu fechado por anos. Até que uma senhora, viúva, comprou o imóvel e o repaginou. Com isso, conseguiu tirar a morte incrustada nas paredes, trazendo vida ao ambiente por meio da limpeza do espaço.

Novamente Júlia passa sua mensagem mediante símbolos, afinal, é possível entender que a limpeza desse ambiente sórdido pode se assemelhar à travessia⁶ da personagem, a qual, finalmente com um teto todo seu⁷, começa a tentar limpar as rachaduras inerentes de morte dentro de si e a se descobrir como um ser humano independentemente das mazelas e das dores sofridas na infância.

Em outras palavras, pode-se ler que a época “casa dos prazeres” se aproxima do momento em que os pais de Júlia estavam felizes e a tiveram como filha. A época do “assassinato” pode ser lida como o momento do divórcio, pela morte de uma relação conjugal, que, em razão do despreparo dos pais, resultou na morte da relação parental. Já a revitalização do local, transformado em lar, simboliza a nova fase da vida de Júlia, em busca de si.

Continuando a narrativa, em meio às descobertas de quem Júlia é e de quem Júlia realmente gostaria de ser, a ideia de “terra” reaparece como o chão que a apoia, nas buscas pelas veredas do passado: “o dia de hoje serve apenas de apoio para os pés, enquanto o resto do corpo não para de lembrar e lembrar” (Bei, 2022, p. 172). Ela vive agora. Vive com os pés no chão.

6 Alusão à ideia de travessia disposta na obra *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa (2021).

7 Referência ao título da obra *Um teto todo seu*, de Virginia Woolf (2014).

Entretanto, ainda não consegue caminhar para onde almeja. Quando conhece Ricardo, filho de sua patroa, ela se encanta. Eles conversam, trocam olhares e se abraçam. No momento em que ele a convida para andar de moto, para vivenciar um momento diferente e, assim, conhecê-lo melhor, ela simplesmente queda-se inerte e não consegue aceitar o convite. Responde a ele que tem “umas coisas para resolver” (Bei, 2022, p. 229).

Na tentativa de resolver “as coisas”, depara-se com os pedaços de si que foram chacoalhados, por anos, dentro da ideia de “máquina de lavar roupas”, ou seja, dentro de uma zona de extrema instabilidade, na qual ela enfrentava verdadeiras surras, físicas e mentais, “quantas possibilidades de Júlia eu perdi pelo caminho [...] em cada surra que levei ficou no chão um pedaço de mim” (Bei, 2022, p. 209).

Esses pedaços de si, tais como as pétalas, também são representados pelas esculturas que o pai de Júlia passa a realizar, em formato de cabeças de argila, as quais a filha interpreta como faces de um mesmo rosto. Ao questionar o pai sobre isso, ele diz que nunca pensou muito sobre o assunto, apenas foi criando as obras (Bei, 2022). Isso corrobora de maneira veemente o fato de que esses pais, com suas atitudes e presos em seus próprios problemas, criaram pedaços de um ser, pétalas de uma flor que poderia ser belíssima (se completa e enraizada), sem sequer perceberem o impacto de suas ações.

Em suma, Júlia busca, desesperadamente, constituir-se. Quando se vê chegando perto disso, na véspera do Natal, sai da casa de sua mãe para tentar dar um abraço no pai. No entanto, quando chega ao local, é tarde demais; o pai fora assassinado por algum invasor. A segunda parte da obra termina assim, com uma jovem adulta desolada, que sequer teve a oportunidade de se reconciliar plenamente com seus algozes.

Se existem tantos mecanismos capazes de proteger os seres vulneráveis (no caso, as crianças e os adolescentes), por que Júlia foi repetidamente abandonada aos olhos da família, da sociedade e do Estado?

3 O melhor interesse na prática: pais que se veem como filhos do Estado e não enxergam a responsabilidade que têm perante a própria prole

Em *Direito de Família e Ciências Humanas*, o primeiro ensaio apresenta reflexões interdisciplinares realizadas por advogados, psicólogos e assistentes sociais com relação ao seguinte questionamento: “a disputa judicial visa sempre o interesse do menor?” (Cattani *et al.*, 2000, p. 11).

Logo, nota-se que, na prática, ocorre a utilização deturpada dos dispositivos criados para proteger os(as) infantes, mediante buscas judiciais de uma solução jurídica para ceulemas demasiadamente emocionais. O estudo ali realizado coaduna fortemente as percepções de Groeninga e Pereira (2003) com relação a Direito das Famílias e Psicanálise, pois, em resposta à pergunta, analisando um caso real de pais divorciados litigando acerca da guarda e do regime de convivência dos filhos, aborda-se a percepção de que, nos conflitos conjugais, os “restos do amor” acabam sendo levados ao Judiciário, o que, por sua vez, acaba sendo um dos maiores causadores da invisibilidade das crianças e dos adolescentes.

Por conseguinte, a junção entre sentimentos não resolvidos dos ex-cônjuges e inexistência de uma cultura que incentive e viabilize tanto os atendimentos psicológicos quanto o diálogo perante a realidade da separação resulta na intensificação do litígio. Nesse ponto, o desenlace se torna uma disputa levada ao Judiciário, rodeada de psicopatologias e/ou disforias não devidamente tratadas pelas partes.

Pereira (2003), interpretando o inconsciente laciano, aponta como o Estado pode constituir a figura do Pai que autoriza e promulga a Lei, o que o autor intitula “Grande Pai”. Quando decreta ou simplesmente homologa um divórcio, por exemplo, o Estado acaba intervindo no plano simbólico da separação conjugal, pois, a partir daquele ato, determina e autoriza tal qual um “Grande Pai” o faria.

Esse paternalismo estatal tem como consequência a abdicação advinda da própria pessoa; quanto a sua autonomia (conquistada a duras penas com a estruturação da família eudemonista prevista na Constituição Federal de 1988), submetendo-se esta, então, à busca de uma resposta, ou de uma decisão, por intermédio do Judiciário. O que se denota é a percepção do juiz como a personificação desse “Estado Grande Pai” (Pereira, 2003), como aquele que detém todo o conhecimento e que, por causa disso, tomará a melhor decisão referente àquela família, impondo a “derrota” ao outro cônjuge. Sob essa perspectiva, os filhos tutelados pelo Estado acabam sendo os próprios pais.

Como reflexo, instaura-se a “hiperjudicialização”⁸ das demandas familiares no Poder Judiciário Brasileiro, com milhares de casos tramitando nas Varas de Família, envolvendo temáticas de guarda, regime de convivência e alienação parental.

A partir desse raciocínio, os pais utilizam-se das crianças como “moedas de troca” na busca de afetar o ex-cônjuge, desrespeitando qualquer lei vigente e

8 Em 2019, por exemplo, o Núcleo Integrado de Apoio Psicossocial (NIAP) das oito varas de família do foro central da cidade de Curitiba/PR contava com aproximadamente 850 processos aguardando perícia psicossocial. Tais dados foram coletados em entrevista livre realizada com a psicóloga Renata Frangi, nas dependências do NIAP, em 17 de outubro de 2019.

comprovando que muitos sentimentos não são normatizáveis ou compreensíveis para aqueles seres presos em suas próprias dores. Também fazem uso justamente da argumentação em defesa do melhor interesse da criança e do adolescente, para tentar resolver questões estritamente conectadas à conjugalidade, esvaziando sobremaneira o princípio de proteção à verdadeira prole.

Nesse sentido, Dias (2015) afirma que os profissionais do campo jurídico, ao atuarem em demandas que envolvem desenlace conjugal, necessitam plena consciência acerca de sua missão, para que tais situações passem a ser resolvidas em seu cerne, não desencadeando demandas litigiosas infundáveis. É, também, o que concluíram os profissionais multidisciplinares mencionados, ao denunciarem que, em muitos casos, o melhor interesse da criança e do adolescente acaba sendo negligenciado pelos pais, cegos em seus próprios desalinhos.

Em síntese, é imprescindível que os pais não esperem que o Estado, por meio do juiz, exerça o papel que lhes é determinado, isto é, proteger seus filhos (Muldo, 2013). Eles precisam enxergar que, nesses casos, são responsáveis pela proteção dos filhos e não meros indivíduos buscando reconhecimento do Estado pelas situações de que supostamente foram vítimas dentro do relacionamento conjugal.

4 Linguagem e escuta: a reescrita da história de Júlia

Constatado o fato de que apenas com a atuação cooperativa dos pais é que os filhos passarão a ser enxergados e devidamente protegidos, bem como o de que não há como esperar que a lei se aplique da maneira mais adequada possível, dentro dos lares, se não houver a atuação proativa dos entes parentais, passa-se, então, a ponderar: como é possível reescrever a história de Júlia?

4.1 Terceira parte da obra: “escritora”

A importância da fala como ideia de expressão do ser, para que este seja enxergado, reverbera na arte de inúmeras maneiras. Na obra *Falar de meus amores invisíveis* (Lira, 2023), a autora aborda a importância da fala para que a pessoa, que tem a escrita em si, consiga se curar. Nesse mesmo sentido, Clarice Lispector, em sua famosa entrevista concedida à TV Cultura, em 1977, relata que precisa escrever, pois, quando não o faz, morre (Panorama..., 1977). Na seara musical, Gal Costa canta que “minha voz é o que eu sou” (Mães..., 2018), elucidando, assim, que não apenas os indivíduos precisam ter direito à fala, como também ela representa justamente até onde a pessoa pode chegar, qual o alcance de seu grito, de sua existência.

A personagem Júlia, que nas primeiras partes da obra em comento apenas escrevia em seu diário, passa, na parte final do livro, a redigir a história de Ed. O que se inicia com a tentativa de escrever sobre “o outro”, para esquecer-se do “eu” (Bei, 2022), a partir de certo ponto, transforma-se em um local não apenas de refúgio, mas também de denúncia e cura, tal como bem descrevem Lira (2023), Lispector (1994) e Costa (Mães..., 2018). É possível avaliar inúmeras similaridades entre Júlia e sua personagem fictícia Ed não apenas pelas violências sofridas dentro do lar, mas pela vontade de fugir e de se (re)encontrar.

Júlia, enlutada, passa a ler trechos do que escreve em frente ao túmulo do pai. Isso pode ser enxergado como uma tentativa de, enfim, reconectar-se com um de seus algozes, contando-lhe, sem que ele possa fugir da escuta, e pela crueza do texto literário ficcional, tudo o que ela mesma havia sofrido dentro de casa.

Ed, na história, quando precisou de dinheiro para comprar sua passagem de fuga, usou sua voz, por meio da única música que sabia de cor, para conseguir alguns trocados: “Ele tinha um timbre tão terno aos doze anos que isso conquistaria o coração das pessoas, porque falava diretamente com os meninos que moravam no coração das pessoas” (Bei, 2022, p. 256).

Ainda nesse viés, ao ler tal trecho em voz alta no cemitério, Júlia foi surpreendida por uma senhora que a ouvia e que, então, a parabeniza, dizendo: “no fundo, toda gente só queria era suspender o tempo e por que não? Voar um pouco. Isso é muito bonito, menina, muito bonito” (Bei, 2022, p. 257). Com esse retorno recebido inesperadamente sobre uma personagem que ela havia criado, Júlia percebe que a voz, antes perdida, de sua criança interior, também pode ser cura para si e para quem a ouve, tal como Ed, que cantara para poder fugir. Ela pondera: “acho que tem uma escritora aqui, dentro de mim” (Bei, 2022, p. 259).

Chegando ao fim da obra, a cena derradeira contada por Júlia constitui-se de maneira bastante emblemática, não deixando quaisquer dúvidas de que a personagem, seja criança ou adulta, nunca foi enxergada e cuidada por sua família. Sua mãe é encontrada em uma farmácia, enfrentando um transe, sem se lembrar como foi parar ali e sem conseguir raciocinar direito. Os vizinhos a levam de volta para casa. Quando Júlia chega ao local, a mãe não a reconhece, pensa que quem está ali, em sua frente, é o próprio ex-marido. Por causa disso, aproxima-se e, surpreendendo a filha, a beija: “– Mãe? – (se virando pra mim) Sérgio? – sou eu, Mãe, a Júlia. – Sérgio! – ela disse. Tentando alcançar minha boca, tentando alcançar minha boca. Deixei” (Bei, 2022, p. 279).

4.2 Quarta parte: como reescrever a história de Júlia

Como não se dizer a todo momento: essa criatura perseguida sou eu? (Gide, 1940 *apud* Ost, 2005, p. 18).

Bondía (2022) versa acerca da importância da palavra (sobretudo a escrita) para que se consiga desvendar os mistérios individuais e, com isso, denunciar o que precisa ser visto pela sociedade. Nessa perspectiva, Bei (2022) consegue abordar, de maneira bastante completa e visceral, as vicissitudes enfrentadas pela personagem Júlia desde seu processo de crescimento até o momento em que ela se descobre adulta e dona da própria trajetória. Transformada em Júlia, que, por sua vez, se transforma em Ed, ela denuncia as mazelas advindas de pais despreparados para lidar com a separação e, justamente pelas palavras (e, portanto, pela linguagem), consegue curar, ou ao menos estancar a ferida do peito das personagens criadas.

Essas personagens, quando conseguem transbordar os sentimentos em palavras e ser, enfim, ouvidas (seja por um túmulo, uma transeunte aleatória no cemitério ou pelo leitor cuidadoso das obras), libertam-se dos azares constituídos no processo de crescimento. Em entrevista realizada com a escritora⁹, ela revela que teve como intuito denunciar e dar voz a muitas crianças brasileiras que sofrem as mesmas situações enfrentadas por Júlia. Para ela, a única forma possível de alterar o desfecho dessas histórias seria por meio da escuta.

Afere-se, portanto, ser possível que a literatura, por meio da palavra escrita, não apenas denuncie condições lamentáveis, mas também possa ser utilizada para encontrar a solução para tais azares, já que ela leva à descoberta de quem realmente somos e do que realmente podemos fazer para solucionar questões complexas. Nas palavras de Gutwirth (2001 *apud* Ost, 2005, p. 15): “a prosa livre do literato – um ‘filibusteiro epistemológico’ – o aproxima geralmente mais das complexidades do trabalho de campo que muitos saberes acadêmicos”.

Assim, o conto elaborado experimentalmente (Nadai, 2023) teve como condão encontrar uma saída, por meio da palavra e da literatura, para a construção de um novo imaginário, nas veredas desse “filibusteiro epistemológico”, de como verdadeiramente garantir que as crianças e os adolescentes que vivenciam momentos como a separação dos pais não precisem ter o mesmo desfecho de Júlia.

Na breve narrativa criada em homenagem à Júlia, tem-se uma criança que, ouvindo os pais brigarem, mostra-se em desespero e faz o possível para que aquilo cesse (ainda que de modo inocente, acendendo uma vela e rezando, por exemplo).

⁹ Informações coletadas em entrevista livre realizada com a autora Aline Bei, via e-mail, em maio de 2023.

No dia seguinte, essa mesma criança, que não entende o porquê de os adultos gostarem tanto de apagar as coisas e as memórias, novamente de maneira ingênua, tenta destruir todas as borrachas que encontra, pois só prezava pelo belo, não queria precisar “apagar tanto”. Com isso, sorve uma lição: é necessário que aprenda a reescrever, reinterpretar ou repintar a história, pelas palavras e pelas imagens, pois não há como simplesmente apagar tudo que vivencia – seria uma luta sem fim.

O ponto de reflexão e que poderia verdadeiramente alterar a história de Júlia encontra-se no momento em que os pais abraçam aquela criança, reconhecem sua situação e a acolhem: “eu me lembro vividamente de minha mãe me abraçando [...] dizendo que não era nada de mais, que tudo ia ficar bem. Depois, meu pai, [...] me confortando. Pensando bem, talvez a discussão nem tenha sido tão absurda assim” (Nadai, 2023, p. 102).

Por causa disso, a personagem, já adulta, termina o relato narrando que, depois de reescrever a história de tantas maneiras diferentes, consegue até mesmo conviver de maneira saudável com o pai e com a mãe. Isto é, mesmo com marcas que nunca sairão de si, como demonstra o trecho “[...] eu me queimei, até hoje tenho uma cicatriz na palma da mão esquerda. Eu achei que apagaria tudo sem que ninguém percebesse. Não consegui [...]” (Nadai, 2023, p. 102), houve escuta, na tenra infância e, com ela, aquele ser foi capaz de se construir sem tantos traumas e apresentando o poder de fala, de escrita, de reestruturação de uma vida que havia desmoronado com a separação dos pais: “repintei esse episódio tantas vezes, que hoje consigo até mesmo almoçar e jantar com cada um dos meus pais” (Nadai, 2023, p. 103).

De modo a unir a reflexão existencial e literária com a ponderação jurídica, cabe, portanto, a este estudo, utilizar do imaginário literário recriado experimentalmente para alcançar o imaginário jurídico estudado por Ost (2005, p. 13), o qual acredita ser possível verdadeiramente (re)criar o direito por meio da literatura: “enquanto a literatura libera os possíveis, o direito codifica a realidade [...] Tal é exatamente o trabalho da literatura: pôr em desordem as convenções, suspender nossas certezas, liberar os possíveis”¹⁰.

Ost (2005, p. 24) vai além na união entre os temas: “entre Direito e Literatura, decididamente solidários por seu enraizamento no imaginário coletivo, os jogos de espelho se multiplicam, sem que se saiba em última instância qual dos dois discursos é ficção do outro”.

Assim, mediante a reescrita literária da história das Júlias brasileiras, poder-se-á trabalhar com a (re)interpretação de dogmáticas que deveriam auxiliar na

¹⁰ Ao longo de sua obra “Contar a lei: as fontes do imaginário jurídico” (2005), Ost trabalha com a ideia de que a literatura “libera os possíveis”, isto é, libera/liberta novas possibilidades de interpretação dos fatos (sobretudo os jurídicos), possibilita a desconstrução da norma e/ou descortina novos horizontes e caminhos.

cura e na cicatrização dos efeitos diretos ocasionados pelas projeções, pelos pêndulos e pelos abandonos constantes realizados por aqueles que não sabem distinguir parentalidade de conjugalidade – evitando que as crianças e os adolescentes passem pelas situações abusivas expostas por Bei.

Conforme leciona Dias (2019), “[...] é só isso que os filhos querem. A certeza de que são amados. E quando esse direito não é garantido pelos pais, cabe ao Estado o dever de intervir”. Dessa forma, demonstrado que um dos caminhos mais profícuos para a resolução da questão encontra-se na necessidade de que os pais não apenas deem voz aos filhos, mas também os escutem com atenção, passa-se a ponderar, brevemente, sobre como o Estado poderia auxiliar dentro dos lares, sem desprezar a autonomia dos pais, incentivando-os à parentalidade responsável.

5 O impacto do diálogo – meios de efetivar a proteção do melhor interesse das crianças e dos adolescentes dentro de seus lares

Para Pereira (2015), a separação, mesmo quando realizada consensualmente, nunca ocorre de modo indolor. Isso porque, conforme explanado, os litígios familiares envolvem, muitas vezes, questões exógenas ao Direito. Citando o filósofo franco-argelino Jacques Derrida, o autor ainda pontua que o discurso psicanalítico, por exemplo, não apenas influencia o Direito, mas também enseja uma desconstrução do que se entende por velho discurso jurídico, dotado de “fórmulas centenárias e estabilizadas pelo dogmatismo e positivismo” (Derrida, 1990 *apud* Pereira, 2015, p. 1877).

Por causa disso, surge a necessidade da concretização da abordagem interdisciplinar prevista no art. 1.584 do Código Civil de 2002 (Brasil, 2002), em conjunto de outras áreas do saber, para que o melhor interesse das partes e, sobretudo, dos filhos, seja defendido (Multedo, 2013). O estudo supracitado na seara do direito das famílias e das demais ciências humanas, realizado por profissionais de diversas áreas do conhecimento, em conjunto da análise da obra *Pequena coreografia do adeus* (Bei, 2022), demonstra a importância da união multidisciplinar para denunciar as adversidades existentes na prática cotidiana.

Em um primeiro momento, a cultura da mediação poderia nortear o trato dessas problemáticas, em conjunto da luta contra a ideia nada razoável de processo como proponente de prêmio a um ganhador. No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sua Resolução n. 125/2010 (Brasil, 2010b) e na Recomendação n. 50/2014 (Brasil, 2014b), instituiu a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses e recomendou aos Tribunais de Justiça, por

meio de seus Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, que incentivem os magistrados a encaminhar disputas para a mediação de conflitos. O Código de Processo Civil de 2015 também colabora com a tentativa de autocomposição durante a fase inicial do processo, antes mesmo da apresentação da contestação pela parte ré, na tentativa de ensejar que os ânimos não se acirrem e que as partes possam dialogar sobre o ocorrido (Brasil, 2015).

Na capital paranaense, o Núcleo de Conciliação das Varas de Família, atrelado ao Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), quando tinha um setor destinado à mediação, chegou a fechar o ano com 70% de acordos homologados (Centro..., 2015). Tais acordos foram acompanhados mediante forte comprometimento da equipe, que se calcava na interdisciplinaridade do Direito com outras áreas, principalmente a Psicologia, com a participação ativa de estagiários e profissionais da área.

Contudo, nota-se que tais medidas têm sido tomadas majoritariamente quando já existe um conflito judicializado. Países como Canadá, França e Estados Unidos, por sua vez, têm sido pioneiros na resolução de conflitos na seara extrajudicial (Multedo, 2013). Na província de Quebec, por exemplo, desde 1997, a mediação extrajudicial tornou-se obrigatória para casais em processo de ruptura que têm filhos (Ávila, 2001).

Na sede central da Defensoria Pública do Paraná, uma iniciativa se mostrou bastante promissora desde a sua instauração: antes de dar início ao atendimento para coleta de informações em prol do ajuizamento de uma demanda judicial, há, em dois momentos, a possibilidade de realização de uma sessão de mediação e/ou conciliação¹¹. Caso as partes concordem com a realização da sessão, elas o fazem na presença de um profissional de Psicologia que, após lavrada a ata, encaminha o documento ao Juízo competente para homologação do acordo.

Por sua vez, enxergando a necessidade de cooperação e as causas subjacentes ao conflito, cabe aos pais continuar trabalhando seus sentimentos ainda não totalmente resolvidos, de modo a garantir que as resoluções advindas da mediação permaneçam frutíferas. Nesse viés, Pereira (2015) elenca que a Psicologia trouxe o sujeito para o centro da “cena jurídica” e auxiliou que noções de cidadania e não exclusão fossem instaladas definitivamente em nosso ordenamento jurídico, pelo superprincípio da dignidade da pessoa humana. Com isso, pressupôs-se que esse direito a ser verdadeiramente humano acolhe tanto o sujeito quanto o seu desejo, “já que não é possível existir sujeito sem desejo” Pereira (2015, p. 1877).

Groeninga e Pereira (2003), então, explicitam que, para conseguir cuidar dos verdadeiros vulneráveis (crianças e adolescentes), é preciso cuidar, com atenção, da

¹¹ Informações coletadas em entrevista livre realizada com o defensor público Devidério Machado Lima, via WhatsApp, em Curitiba/PR, em agosto de 2023.

vulnerabilidade de todos os sujeitos de desejo envolvidos (no caso, atentar-se também aos pais). Ou seja, de modo a auxiliar os pais em seus sentimentos mal resolvidos e conscientizá-los sobre a necessidade de manter o foco no melhor interesse dos filhos, um mecanismo de acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial seria extremamente valioso.

Vê-se, em grande parte dos casos envolvendo Direito das Famílias e da Criança e do Adolescente, que o pedido de acompanhamento psicológico apenas se estende aos menores, ou seja, não abrangendo a problemática em sua totalidade. Como os pais frequentemente são os próprios causadores das mazelas principais dos litígios, seria sensato que eles obtivessem acompanhamento psicológico na busca de conseguirem compreender a dimensão de como afetam a prole, de como podem ser mais colaborativos e menos egoístas, e, ainda, de como reverter as questões, ou até mesmo evitar atrocidades, por intermédio do diálogo.

O ECA, em seu art. 129 (Brasil, 1990b), prevê como medidas aplicáveis aos pais e/ou responsáveis, em casos que envolvam interesses dos filhos, o encaminhamento a serviços e a programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, além de, cursos e programas de orientação e tratamentos psicológicos e/ou psiquiátricos. O inc. IV do art. 6º da Lei 12.318/10, ao versar sobre casos mais gravosos, nos quais se instaurou alienação parental entre as partes, também possibilita a determinação de que as partes sejam acompanhadas psicológica ou biopsicossocialmente (Brasil, 2010a).

Por fim, junto do acompanhamento psicológico dos pais, tem-se difundido no país a necessidade de que eles participem das “oficinas de parentalidade”. O CNJ, além de versar acerca dos métodos de resolução consensual de conflitos, também sugeriu que os tribunais de justiça pátrios adotassem essas oficinas como política pública de resolução e prevenção de conflitos familiares (Brasil, 2014b). A partir de 2015, então, foi implantada a Oficina de Pais e Mães Online (CNJ..., 2016), com conteúdo virtual e gratuito destinado a pessoas com filhos e em processo de separação.

Essas oficinas encontram-se disponíveis em caráter permanente no *site* do CNJ e abordam temas como os diferentes tipos de família, os vários estágios psicológicos pelos quais passam pais e filhos em um processo de separação, as mudanças de comportamento das crianças ao fim da união dos pais, entre outros.

Atualmente, em Curitiba, está em vigor o projeto “Acolhendo e Restaurando Corações”, instituído pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), em parceria com a Associação Paranaense de Cultura (APC), vinculada diretamente à Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). Seu objetivo geral é “disponibilizar projetos de intervenção em psicologia jurídica para auxiliar os juízes

[...] mediante escutas técnicas, atendimento psicológico, realização de palestras, grupos operativos e acompanhamento de visitas monitoradas com periodicidade variada” (Curitiba, 2017, p. 20).

Países como a Inglaterra também aderiram a esse ideal dos projetos de parentalidade, no caso, intitulado *Planos parentais: colocando as crianças em primeiro lugar* (Cafcass, 2008 *apud* Multedo, 2013), implementando políticas públicas para a formação de profissionais que atuam na área do direito das famílias (advogados, mediadores e juízes), em conjunto de cartilhas em prol da conscientização dos pais acerca da prioridade que a criança ocupa no seio familiar, mesmo após a separação do casal e, ainda, incentivando a busca de auxílio para a elaboração de planos parentais, em parceria com psicólogos, operadores do direito e as próprias partes (Multedo, 2013).

Essa ideia de elaboração de “planos parentais” pode ser bastante pertinente para auxiliar os pais na elaboração de estipulações conjuntas e duradouras sobre a criação dos filhos. Isso ajuda a evitar futuros litígios e busca, da melhor maneira possível, estabelecer disposições que garantam uma relação saudável entre todos os envolvidos (Multedo, 2013).

Contudo, um ponto a ser considerado dentro da singularidade de cada família é justamente o da desigualdade social existente no Brasil. Para que as medidas se concretizem de maneira mais efetiva, é preciso haver meios de tornar tais projetos acessíveis a toda a população, divulgando-os e garantindo a participação efetiva das pessoas, seu engajamento e que os resultados ali obtidos sejam espontaneamente disseminados.

Não há como esperar que apenas a mediação disponibilizada pela Defensoria seja suficiente para abarcar todos os milhares de casos envolvendo conflitos familiares que se desvelam anualmente. É preciso incentivar afirmativamente a cultura da autocomposição, revertendo, na medida do possível e paulatinamente, a abordagem litigiosa.

Para isso, os demais operadores do Direito necessitam de suporte público para adquirir formações capazes de auxiliar nessa perspectiva, em conjunto da busca incessante para que mais políticas sejam instauradas em prol de que, quiçá, um dia, exista um sistema de resolução consensual de conflitos similar aos supramencionados, de forma gratuita e efetiva às partes – as quais terão, enfim, ao seu dispor, informações prévias acerca de benefícios e motivações das sessões de mediação e conciliação.

Sobre as oficinas de parentalidade, em um cenário ideal, elas também deveriam ser mais divulgadas e difundidas, seja nos meios judiciais (como é o caso do Projeto “Acolhendo e Restaurando Corações”), seja na seara extrajudicial, com

horários que efetivamente respeitem a realidade das partes – as quais, em muitos casos, não podem deixar de trabalhar para ir a encontros no meio da tarde, no meio da semana, no centro da cidade. Uma perspectiva social necessita urgentemente ser abordada. Em termos práticos, não adianta conferir um mecanismo gratuito sem garantir que as partes consigam acessá-lo.

Com relação ao acompanhamento psicológico, uma possível medida seria criar uma lista de profissionais diretamente vinculados ao Judiciário. Além disso, seria implementado um sistema de divulgação extrajudicial focado nos direitos da criança e do adolescente, voltado aos pais em processo de separação. Essa lista seria indicada aos pais, com variação de preço quanto aos psicólogos lá contidos, para que a renda não represente empecilho à busca desse apoio.

Nesse viés, é possível mencionar os dispositivos legais vigentes que podem embasar a elaboração de mais projetos capazes de efetivamente atender à demanda do ensino da parentalidade responsável e do acompanhamento psicológico desses entes parentais, levando em consideração as necessidades práticas anteriormente descritas.

A Constituição Federal de 1988, calcada nos princípios da dignidade da pessoa humana e da parentalidade responsável, prevê, em seus arts. 226 e 227, que compete ao Estado assegurar assistência integral à saúde (seja ela física ou mental) da criança, propiciando recursos educacionais e científicos para o exercício do planejamento familiar responsável, de modo a assegurar a assistência à família, com mecanismos de coibição à violência no âmbito de suas relações (Brasil, 1988).

O ECA, em seu art. 4º (Brasil, 1990b), institui que a garantia da prioridade em prol dos cuidados direcionados à criança e ao adolescente envolve, entre outros aspectos, também a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas e, ainda, a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Seguindo essas disposições, o Conanda, por sua vez, tem o condão de administrar o Fundo Nacional da Criança e do Adolescente (FNCA), destinado justamente à promulgação de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com indicação de medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação desses direitos (Brasil, 1990b). No *site* do Conselho, por exemplo, é possível analisar para onde estão sendo destinados todos os recursos contidos no FNCA. Dali podem surgir novos projetos, com os mesmos ideais, capazes de conferir acessibilidade à população, com mais horários, profissionais capacitados e materiais de divulgação dos benefícios da autocomposição e da atenção à parentalidade responsável (Conselho..., 2024).

Em outras palavras, tem-se que, se há tantos projetos que visam ensinar a parentalidade responsável, bem como recursos destinados à sua propagação, eles precisam ser utilizados, bem geridos e fiscalizados. A literatura de Júlia nos mostra a urgência disso.

Considerações finais

Em *Contar a lei: as fontes do imaginário jurídico*, Ost (2005) leciona que a literatura pode denunciar e liberar os possíveis, para que o Direito, em choque com a desordem exposta, cumpra seu papel de (re)codificar a realidade. Para o autor, que analisa a performance de narrativas dos juízes, a dinâmica da atuação jurídica é aporética.

É o que se demonstra entre Direito e literatura, perante o fato de que todos os esforços para abarcá-los e compreendê-los em sua integralidade restam incompletos. Afinal, não é possível acessar a origem dessas experiências, elas se mantêm em constante e necessária atualização. Excedem o cálculo. São “aporéticas” pois, tal como a “Justiça”, mostram-se inalcançáveis (Derrida, 1990). Desconstrói-se, assim, a ideia de um direito positivo, ou puramente impositivo.

Em se tratando do Direito das Famílias e, sobretudo, do Direito das Crianças e dos Adolescentes, não poderia ser diferente. Sottomayor (2003 *apud* Madaleno, 2015, p. 454) elenca que o princípio jurídico do melhor interesse da criança e do adolescente é um conceito propositalmente indeterminado (também inalcançável em sua completude). Isso se dá em face da “infinita variedade de padrões de comportamento adotados em concreto por cada família” e em prol da construção de uma “boa técnica legislativa para seguir a evolução singular de cada família”, de modo que ocorra a adaptação constante à imprevisibilidade das situações da vida.

É imprescindível que Estado, sociedade e família se unam em prol da proteção dos seres vulneráveis, que têm legalmente a primazia da defesa de seus direitos fundamentais. Não há justificativa legal plausível para que crianças como Júlia continuem sofrendo dentro de seus próprios lares. Essa narrativa precisa ser reescrita, quantas vezes se mostrarem necessárias, para que, enfim, haja efetivação da proteção desses indivíduos. Isso está na essência do princípio do melhor interesse.

Para Pereira e Groeninga (2023), o Brasil poderia ser considerado um dos países mais avançados em Direito das Famílias e, conseqüentemente, em Direito da Criança e do Adolescente. Portanto, e diante do exposto, constatou-se nesta pesquisa que a “falha” que resulta na desproteção das vulnerabilidades não está no plano legislativo, mas na implementação das políticas públicas previstas.

Ou seja, em tese, conclui-se que existem dispositivos suficientemente capazes

de proteger crianças como Júlia dos indícios de alienação parental, das agressões físicas perpetradas pela mãe, do abandono afetivo do pai e das demais mazelas por ela vivenciadas no decorrer de sua infância e juventude. Há também a perspectiva que deve ser ponderada em qualquer caminho e solução buscada: os pais precisam passar a enxergar verdadeiramente os filhos, acima de qualquer sentimento prove-niente da quebra da conjugalidade. É, portanto, apenas na prática que esses seres ainda não estão sendo devidamente protegidos.

Assim, recepcionando a literatura como parceira à evolução do Direito, medidas como a construção de novas narrativas para salvaguardar o melhor interesse da criança e do adolescente necessitam cada vez mais de incentivos. Tanto no ímpeto simbólico, de recriar o imaginário da situação, tal qual elaborado no conto apresentado, como pela utilização da literatura na tentativa de denunciar, novamente aos próprios pais, as aflições sofridas pelos filhos – conforme tem sido realizado no Projeto “Acolhendo e Restaurando Corações” na capital paranaense.

José Saramago (2002) dizia que o caos é uma ordem a se decifrar. Com base na perspectiva de Ost e Sottomayor, pode-se aferir, por fim, que a busca pela proteção das crianças e dos adolescentes no Brasil é de um contínuo e inalcançável deciframento. Em muitos momentos ele já se mostrou – e por vezes ainda se mostra – bastante desanimador. Entretanto, relendo a letra da Lei e percebendo que ali existem mecanismos capazes de auxiliar na reescrita da história de Júlia, constata-se que não é hora de desistir. Existem caminhos possíveis dentro desse caos, basta conseguir acessá-los.

Referências

ALMEIRA, C. *et al.* Pais separados e filhos: análise funcional das dificuldades de relacionamento. *Estudos psicológicos*, Campinas, n. 17, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/rGbh5TrpxVKWqknLcMsZ3Yk/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ÁVILA, E. M. Mediação familiar: apresentação de um modelo canadense adaptado à realidade brasileira. In: CONGRESSO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA, 3, 2001, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: IBDFAM, 2001. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/assets/upload/anais/166.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BEI, A. *Pequena coreografia do adeus*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BODIN DE MORAES, M. C. Instrumentos para a proteção dos filhos frente aos próprios pais. *Civilistica.com*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2018. Disponível em: <https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/article/view/391>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Trad. João Wanderley Geraldi. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspC-NspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. BRASIL. Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial da União*: seção 1, p. 133, 5 jan. 1916. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071impressao.htm. Acesso em: 24 nov. 2024. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 125, n. 192, p. 1-2, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. Decreto-lei n. 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os direitos da Criança. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 22 nov. 1990a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 135, p. 13563, 16 jul. 1990b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 8 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 11.698, de 13 de junho de 2008. Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. *Diário Oficial da União*: seção 1, p. 8, 16 jun. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11698.htm. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 12.318, de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. *Diário Oficial*

da União: seção 1, Brasília, DF, n. 165, p. 3, 27 ago. 2010a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. *Resolução n. 125, de 29 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, DF: CNJ, 2010b. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2014/04/resolucao_125_29112010_23042014190818.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.010, de 26 de junho de 2014. Altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 121, p. 2, 27 jun. 2014a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. *Recomendação n. 50, de 8 de maio de 2014*. Recomenda aos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais Regionais Federais realização de estudos e de ações tendentes a dar continuidade ao Movimento Permanentemente pela Conciliação. Brasília, DF: CNJ, 2014b. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files//recomendacao/recomendacao_50_08052014_09052014145015.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.058, de 22 de dezembro de 2014. Altera os arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para estabelecer o significado da expressão “guarda compartilhada” e dispor sobre sua aplicação. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 2, 23 dez. 2014c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13058.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 51, p. 1, 17 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em: 12 nov. 2024.

CANDIDO, A. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

CATTANI, A. R. *et al.* A disputa judicial visa sempre o interesse do menor? Reflexões interdisciplinares. In: CATTANI, A. R. *et al.* *Direito de Família e Ciências Humanas*: Caderno de estudos n. 3. São Paulo: Jurídica Brasileira, 2000. p. 11-19.

CENTRO de Atendimento e Núcleo de Conciliação das Varas de Família e Sucessões encerra 2015 com 70% de acordos homologados. *TJPR.jus.br*, 17 dez. 2015. Disponível em: https://www.tjpr.jus.br/noticias/-/asset_publisher/9jZB/content/centro-de-atendimento-e-nucleo-de-conciliacao-das-varas-de-familia-e-sucessoes-encerra-2015-com-70-de-acordos-homologados/18319?inheritRedirect=false&redirect=https%3A%2F%2Fwww.tjpr.jus.br%2Fnoticias%3Fp_id%3D101_INSTANCE_9jZB%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-2%26p_p_col_count%3D1. Acesso em: 12 nov. 2024.

CNJ disponibiliza Oficina de Pais e Mães Online. *TJDFT*, 2016. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2016/janeiro/cnj-disponibiliza-oficina-de-pais-e-maes-online>. Acesso em: 20 nov. 2024.

CONSELHO Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Portal Gov.br*. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/conanda>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CURITIBA. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Tem por objetivo a mútua cooperação entre os convenientes a fim de operacionalizar o Projeto Acolhendo e Restaurando Corações, qual terá como objetivo geral disponibilizar projetos de intervenção em psicologia jurídica para auxiliar os Juizes das Varas de Família e Infância do Foro Central mediante escutas técnicas, atendimento psicológico, realização de palestras, grupos operativos e acompanhamento de visitas monitoradas com periodicidade variada. *Diário de Justiça Eletrônico*, Curitiba, PR, n. 2044, 6 jun. 2017. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/e-dj/publico/diario/baixar.do;jsessionid=350e510df0741d7de25c4633572e?tjpr.url.crypt=6b44a09cc810bcf1>. Acesso em: 23 nov. 2024.

DA ROSA, C. P. *Desatando nós e criando laços: os novos desafios da mediação familiar*. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

DERRIDA, J. Force of Law: the Mystical Foundation of Authority. *Cardozo Law Review*, New York, v. 11, p. 919-1045, 1990. Disponível em: <https://larc.cardozo.yu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1495&context=clr>. Acesso em: 16 nov. 2024.

DIAS, M. B. *Manual de Direito das Famílias*. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DIAS, M. B. Alienação parental e a capacidade de odiar. *IBDFAM*, 22 jul. 2019. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/index.php/artigos/1344/Aliena%3%a7%-c3%a3o+parental+e+a+capacidade+de+odiar>. Acesso em: 20 nov. 2024.

DIREITO e Psicanálise – Podcast IBDFAM #03. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (25min). Publicado pelo canal IBDFAM. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=65Cbe vOUGA. Acesso em: 12 nov. 2024.

FACHIN, L. E. *Direito de Família: elementos críticos à luz do novo Código Civil brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FRENTE Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Uma experiência brasileira. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006. 76 p. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/novoconteudo/acervo/temas/Crian%C3%A7aAdolescenteExpFPIBrasil107.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

GROENINGA, G. C. *Direito à convivência entre pais e filhos: análise interdisciplinar com vistas à eficácia e sensibilização de suas relações no Poder Judiciário*. 2011. Tese (Doutorado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-22082012-152003/publico/Giselle_Groeninga_Tese.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

GROENINGA, G. C.; PEREIRA, R. C. *Direito de Família e Psicanálise: rumo a uma nova epistemologia*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

LIRA, S. *Falar dos meus amores invisíveis*. 2. ed. Curitiba: Maria Isabel Maranhão Ritzmann (Bebel Ritzmann), 2023.

LISPECTOR, C. *Um sopro de vida (pulsações)*. 10. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1994.

MADALENO, R. *Curso de Direito de Família*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MÃE de todas as vozes. Intérprete: Gal Costa. Compositor: N. Reis. In: *A pele do futuro*. Intérprete: Gal Costa. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2018. 1 CD, faixa 12 (3min17s).

MULTEDO, R. V. A judicialização da família e a proteção de pessoa dos filhos. In: MENEZES, J. B.; MATOS, A. C. H. (org.). *Direito das famílias: por juristas brasileiras*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 433-445.

NADAI, T. A. de. No princípio, era a palavra. In: NADAI, T. A. de. *Restos do Devaneio*. São Paulo: Patuá, 2023. p. 99-103.

OST, F. *Contar a lei: as fontes do imaginário jurídico*. Trad. Paulo Neves. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

PANORAMA com Clarice Lispector. [S. l.: s. n.], 1977. 1 vídeo (8min50s). Publicado pelo canal TV CULTURA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ohHP112EVnU>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PEREIRA, R. C. *Direito de Família: uma abordagem psicanalítica*. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

PEREIRA, R. C. Uma principiologia para o Direito de Família. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, Lisboa, ano 1, n. 1, p. 1871-1893, 2015. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2015/1/2015_01_1871_1893.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.

ROSA, J. G. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SARAMAGO, J. *O homem duplicado*. Lisboa: Caminho, 2002.

SOTTOMAYOR, M. C. *Exercício do poder parental*. Porto: Publicações Universidade Católica, 2003.

WOOLF, V. *Um teto todo seu*. Trad. Bia Nunes de Souza. São Paulo: Tordesilhas, 2014.